



## DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 02/2016 – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Trata-se de Recurso administrativo apresentado pelas empresas abaixo citadas contra respectiva decisão de inabilitação no certame referente à Tomada de Preços n. 04/2016.

A inabilitação das três empresas se deu pelo mesmo motivo: não apresentação de acervo técnico compatível com o mínimo exigido no item '5.5 "k", "I"' do edital. Traz-se à baila o presente dispositivo:

(a empresa que queira participar do certame deve apresentar a) "comprovação da capacidade técnica profissional mediante a comprovação de que o responsável técnico apresentado (...) é detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução em uma única unidade predial de pavimentação em bloco de concreto sextavado espessura 8cm, assentado sobre o colchão de pó de pedra rejunte com argamassa traço 1:4 (cimento e areia), igual ou superior a 750m<sup>2</sup>".

Passa-se à análise recursal.

A empresa JJ BARROSO LTDA – ME apresentou recurso administrativo (protocolo n. 1020) às 07:57 do dia 05.10.2016 sendo, portanto, tempestivo. Quanto ao mérito recursal, a empresa alega que

O serviço de paver hollande é compatível em características, quantidades solicitados no edital, pois o Paver **Holand** é um bloco de concreto intervalado usado como calçada, estacionamento, pisos, etc. (grifos no original)

Em outras palavras: o recorrente alega que, muito embora não tenha executado o mesmíssimo serviço requerido pelo edital (bloco de concreto sextavado), já executou cerca de 8.000 m<sup>2</sup> (oito mil metros quadrados) de serviço e equivalente (bloco de concreto *paver holland*), onde a única diferença seria o desenho do serviço.

Após análise e consenso por parte da CPL em conjunto com a Engenharia, quanto ao recurso impetrado pela empresa JJ BARROSO LTDA – ME, a Comissão houve por bem trazê-la de volta ao certame, haja vista que as razões recursais são suficientemente fortes e compatíveis com o solicitado.

A empresa **CASTELL ENGENHARIA LTDA** ingressou com recurso administrativo (protocolo n. 1043) às 08:35 do dia 10.10.2016 sendo, portanto, tempestivo. Quanto ao mérito recursal, a empresa alega que

Em atenção a essa exigência, a recorrente apresentou a Certidão de Acervo Técnico de n. 779/2011, no qual demonstra explicitamente o perfeito atendimento às características e quantidades previstas no referido Edital, especificamente o item 2.3.6. da referida Certidão:



2.3.6. Piso em bloco sextavado 30x30CM, espessura 8cm, assentado sobre colchão de areia (rejunhado c/ asfalto) – 5.534,05 m<sup>2</sup>

Após análise e consenso por parte da CPL em conjunto com a Engenharia, quanto ao recurso impetrado pela empresa CASTELL ENGENHARIA LTDA, a Comissão houve por bem trazê-la de volta ao certame, haja vista que foi constatado e equívoco por parte da Coordenação Engenharia na análise do Acervo Técnico.


A empresa **J.P.V. DA SILVA & CIA LTDA** ingressou com recurso administrativo (protocolo n. 1047) às 16:16 do dia 10.10.2016 sendo, portanto, tempestivo. Quanto ao mérito recursal, a empresa alega que

“A empresa JPV da Silva & Cia LTDA apresentou toda sua documentação comprovando na somatória dos seus acervos técnicos a execução total de 1.065,80m<sup>2</sup> de piso inter travado que tem similaridade com o que está sendo pedido no edital, vale ressaltar que o edital não é claro em dizer que não será admitido somatória de acervos, simplesmente se limita a dizer que em uma única “obra”, os atestados apresentados são do mesmo órgão Infraero, e compõem em si uma única obra que é a modernização das instalações da mesma, que foi dividida em vários lotes, a qual a empresa comprovadamente em seus atestados executou ambas (...)”

Após análise e consenso por parte da CPL em conjunto com a Engenharia, quanto ao recurso impetrado pela empresa J.P.V DA SILVA & CIA LTDA, a Comissão houve por bem manter a inabilitação da recorrente, por entender ser o Edital claro o suficiente quanto à impossibilidade de junção de Atestados para fins de somatório.

Por essa razão, faz o recurso da empresa alhures aludida subir ao Diretor Geral do IFAM – Campus Manaus Zona Leste, nos termos do art. 109, §4º, da Lei n. 8.666/93<sup>1</sup>, para que este decida o Recurso retro.

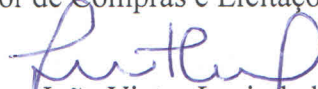
Sala do Setor de Compras e Licitações, 13.10.2016.

  
Eliel Monteiro da Silva

Presidente da CPL

  
Cleane Prestes da Cruz

Membra da CPL

  
João Victor Levinthal

Vice-Presidente da CPL

  
Persilene Marques

Membra da CPL

<sup>1</sup> Art. 109. (...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.